



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

404

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL n.º 306974-5

COMARCA: Recife -3ª Vara Cível

EMBARGANTE: Telemar Norte Leste S/A

EMBARGADO: Sandoval José Lira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE RECONHECIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS EM PARTE.

1. Não tem os aclaratórios a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.
2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.
3. Inexistindo proposições inconciliáveis entre si, não há que se falar em contradição no acórdão vergastado.
4. Havendo falta de clareza e precisão em algum dos tópicos do decisum, imperiosa é a elucidação da obscuridade existente.
5. Embargos de declaração acolhidos parcialmente.



405

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar acolhimento parcial ao presente recurso, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 02 de julho de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

406

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL n.º 306974-5

COMARCA: Recife -3ª Vara Cível

EMBARGANTE: Telemar Norte Leste S/A

EMBARGADO: Sandoval José Lira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

Tratam-se de Embargos de Declaração (fls. 358/373), opostos por Telemar Norte Leste S/A, contra acórdão proferido nos autos do Apelação Cível nº 306974-5, o qual reconheceu o direito do Embargado de receber a quantidade de ações e respectivos dividendos correspondentes ao VPA na data da integralização.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

O Embargante aduz, em síntese, que houve omissão no julgado, pois não teria havido pronunciamento expresso sobre o dever do Embargado de comprovar os prejuízos que alega ter sofrido. Assevera que o Embargado sequer comprovou a sua condição de titular do contrato de participação firmado com a Embargante.

1



407

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Prossegue argumentando que, como não haveriam nos autos quaisquer documentos comprobatórios dos prejuízos supostamente suportados pelo Embargado, torna-se impossível a correção ou não dos cálculos realizados pela antiga TELPE. Diz, ainda, que houve contradição quando o juízo tomou como parâmetro o "*valor patrimonial das ações na DATA da integralização*", quando deveria ter estipulado como paradigma o "*VPA apurado com base no balancete do MÊS da integralização*", conforme estabelece a Súmula nº 371 do STJ.

Ademais, prequestiona, explicitamente, os arts. 1º; 2º; 6º; 131; 165; 267, IV e VI; 269, IV; 282, III e IV; 286; 396; 397; 458, II; 513, 515; 516; 551; 555, todos do CPC; arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 8.078/90; arts. 160, I; , 177; 188, I; 206, §3º, III, IV, V e VI, do CC/02; arts. 117, §1º, I, II e III; 287, II, "g", da Lei Federal nº 10.303/01; arts. 5º, II, XXXV, LIV e LV; 37, caput; e 93, IX, da CF/88.

Pugna, ao final, pelo conhecimento e provimento do recurso, para sanar as omissões supostamente constantes no acórdão embargado, bem como efetuar o prequestionamento dos dispositivos apontados.

Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 02 de *Julho* de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

408

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL n.º 306974-5

COMARCA: Recife -3ª Vara Cível

EMBARGANTE: Telemar Norte Leste S/A

EMBARGADO: Sandoval José Lira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos.

Inicialmente, devo frisar que o art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo julgamento de forma explícita e bem delineada. Acrescente-se ainda que, consoante pacífica jurisprudência, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas



409

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CPC - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]". (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j.
unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

410

Concernente à tese de ocorrência de omissão, ressalto que, segundo o jurista Fredie Didier Júnior, existem dois tipos de decisão omissa, "a) aquela que não examinou um pedido (questão principal); b) a que não examinou algum fundamento/argumento/questão que tem aptidão de influenciar no julgamento do pedido (questão incidente), que efetivamente ocorreu." ((DIDIER JR., Fredie. Curso De Processo Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e processo nos Tribunais. V.3. Salvador: Editora Jus Podivm. 2012, P. 209). Assim, fica claro que o acórdão em questão não se enquadra em nenhuma destas hipóteses, posto que não deixou de analisar nenhum dos pedidos ou qualquer argumento da Embargante que pudesse modificar o entendimento explanado.

Outrossim, concernente à alegação de contradição entendo não ser este o caso, entretanto percebo a ocorrência de obscuridade no *decisum* vergastado. Isso porque, embora não constate a existência na decisão de proposições inconciliáveis entre si, reconheço a falta clareza e precisão no que se refere ao parâmetro de apuração do valor patrimonial das ações (VPA).

Desta forma, elucido que a decisão foi proferida com base nos termos da Súmula nº 371 do STJ e, por este motivo, onde se lê no voto "*valor patrimonial das ações na DATA da integralização*" (fls. 347) deverá constar "*valor patrimonial das ações APURADO COM BASE NO BALANCETE DO MÊS da integralização*".

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios e **dou-lhes parcial acolhimento**, somente para sanar a obscuridade no que se refere ao



411

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

parâmetro de apuração do valor patrimonial das ações (VPA), o qual deverá ser apurado com base no mês da integralização.

É como voto.

Recife, 02 de julho de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator